

CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS (CDEICS) PROJETO DE LEI Nº 591/2021

Apresentação: 08/04/2021 15:41 - CDEICS
EMC 132 CDEICS => PL 591/2021
EMC n.132/0

EMENDA MODIFICATIVA Nº DE 2021 (Do Senhor Deputado Leônidas Cristino)

Acrescente-se novo inciso ao art. 10 do PL nº 591/21.

“Art.
10.....
.....

.....
.....

V – garantir a manutenção e o acesso à prestação do serviço postal e universal e aos serviços de interesse social à totalidade da cobertura geográfica abrangida pelos CORREIOS no ano de 2020.

JUSTIFICATIVA

A empresa Correios constitui um patrimônio do povo brasileiro com uma logística capaz de oferecer serviços postais com valores justos e competitivos em todos os municípios brasileiros, além de prestar serviços essenciais como, por exemplo, o cadastramento dos cidadãos para o recebimento do auxílio emergencial.

Com a privatização a primeira consequência a ser sentida será a interrupção ou piora na qualidade do atendimento, principalmente nas cidades interioranas. Isso porque será o fim do subsídio cruzado, que permite que as cidades maiores, com maior movimento nas agências dos Correios mantenham abertas as agências das cidades pequenas.

Documento eletrônico assinado por Leônidas Cristino (PDT/CE), através do ponto SDR_56096, na forma do art. 102, § 1º, do RICD c/c o art. 2º, do Ato da Mesa n. 80 de 2016.



Destaco que o serviço postal é considerado como serviço público, cuja exclusividade da prestação é atribuída à União, por meio do artigo 21, inciso X, da Constituição Federal de 1988.

O artigo 10 estabelece as obrigações do operador postal designado, que, conforme definido no art. 2º VIII é "a pessoa jurídica responsável, na forma do disposto no art. 9º, pela prestação do serviço postal universal no território nacional e pelo cumprimento das obrigações decorrentes de tratados, convenções e acordos internacionais sobre serviços postais e atos de organismos postais internacionais ratificados pela República Federativa do Brasil."

Desta forma, o operador postal designado possui obrigações de continuidade, qualidade, contabilidade transparente e auditável, bem como o dever de informar apenas quanto aos serviços postais universais, assim definidos.

Por intermédio desta emenda pretendemos garantir que dentre as obrigações do operador postal designado conste a de garantir a manutenção e o acesso à prestação do serviço postal e universal e aos serviços de interesse social à totalidade da cobertura geográfica abrangida pelos CORREIOS no ano de 2020.

Diante do exposto, e tendo em vista a relevância da matéria, contamos com o apoio dos nobres Pares para o acatamento da presente emenda.

Sala da

Comissão, em 07 de Abril de 2021.

Deputado Leônidas Cristino
PDT/CE